



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

A NOVA GESTÃO PÚBLICA E SUA MATERIALIDADE NA POLÍTICA EDUCACIONAL PERNAMBUCANA: ANÁLISE DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – METAS PARA EDUCAÇÃO

Luciana Rosa Marques

UFPE

luciana.marques@ufpe.br

Maria Diléia Espíndola Fernandes

UFMS / UFPE

mdilneia@gmail.com

Resumo

O trabalho tem como objetivo discutir a gestão da política educacional no estado de Pernambuco à luz dos princípios da Nova Gestão Pública (NGP), tomando como referência o Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para Educação (PMGP/ME). Trata-se de um estudo de caso fundamentado na análise de documentos oficiais, que busca compreender como os preceitos da NGP vêm sendo incorporados à gestão educacional pernambucana. Esse processo reflete os desdobramentos de uma agenda global marcada pela lógica do empresariamento na gestão pública, que se consolidou ao final dos anos de 1980. Ainda que essa lógica se manifeste de formas distintas conforme os contextos nacionais e regionais, observa-se sua expansão em países periféricos, como o Brasil, onde se articula a condicionantes históricos, econômicos e políticos locais. A partir dessa influência, instala-se uma racionalidade gerencial centrada no alcance de metas e na obtenção de resultados mensuráveis, o que gera impactos significativos nos modelos tradicionais de gestão pública, historicamente ancorados na garantia de direitos sociais. De acordo com Dardot e Laval (2016), esse movimento produz uma cultura de mensuração que esvazia os fundamentos éticos e políticos da gestão pública, substituindo-os por parâmetros técnicos e produtivistas. No campo educacional, essa perspectiva se manifesta por meio da padronização de práticas, da imposição de metas e da valorização de resultados quantitativos, frequentemente desconsiderando as desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira e o sistema educacional. Embora o discurso oficial se sustente na promessa de garantir uma



educação de qualidade, a adoção dos princípios da NGP redefine esse conceito, esvaziando seu caráter político-pedagógico e associando-o exclusivamente ao desempenho em avaliações externas. Tal reconfiguração vem acompanhada da introdução de uma lógica meritocrática no interior das escolas, com impactos diretos sobre o trabalho docente e sobre as relações pedagógicas. Apesar de hegemônica, a lógica da NGP não se apresenta de forma homogênea. Em contextos locais, práticas de gestão democrática — como a eleição de diretores e o fortalecimento dos conselhos escolares — coexistem, tensionam e, em alguns casos, se sobrepõem às práticas gerencialistas (Silva, Silva e Freire, 2022). Esse cenário revela um campo de disputas e ressignificações, no qual coexistem projetos pedagógicos distintos e, muitas vezes, antagônicos. A disseminação das políticas de accountability na educação, definidas como ações que articulam avaliação, prestação de contas e responsabilização (Marques, 2020), constitui-se como um dos principais dispositivos de regulação contemporânea da educação pública. Tais práticas reafirmam uma lógica de controle e de responsabilização dos sujeitos escolares pelos resultados obtidos nas avaliações externas. No caso de Pernambuco, observa-se que os princípios da NGP estão fortemente presentes na política educacional, materializados no PMGP/ME, cuja proposta central é melhorar os indicadores educacionais por meio de uma gestão orientada para resultados. O programa tem como meta transformar a educação pernambucana em referência nacional. Adota um modelo que combina mecanismos de responsabilização, bonificação por desempenho, parcerias com instituições do setor privado e fortalecimento do gestor escolar. Entre as características do PMGP/ME destacam-se: a responsabilização dos atores escolares pelos resultados; a implementação do Bônus de Desempenho Educacional (BDE) vinculado ao cumprimento das metas; a parceria com organizações privadas, como o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), posteriormente Falconi Consultores de Resultado; e a valorização da figura do gestor escolar, cuja formação é oferecida pelo Programa de Formação de Gestores de Pernambuco (PROGEPE). (Pernambuco, 2008, 2017). A modernização da gestão educacional proposta pelo programa reflete uma concepção de qualidade centrada na performatividade, em que o sucesso educacional é medido por meio de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE). Esse



modelo atribui sentido à qualidade de forma restrita, atrelada ao alcance de metas e ao desempenho em avaliações externas, desconsiderando outras dimensões do processo educativo, como a formação integral, a equidade e a justiça social. Nesse contexto, as escolas, professores e estudantes são permanentemente classificados e hierarquizados conforme seus desempenhos. Os que não atingem as metas estabelecidas ficam sujeitos a sanções simbólicas e materiais, enquanto os que as superam são premiados, reproduzindo assim uma lógica de mercado no interior das políticas educacionais. O PMGP/ME, portanto, representa a consolidação dos preceitos da NGP na educação pernambucana, estruturando-se a partir de um modelo de gestão centrado na definição de metas, na responsabilização e no monitoramento constante dos resultados. Essa política, implantada no início dos anos 2000 e intensificada a partir de 2008, promove uma reconfiguração da gestão educacional, na qual o controle do desempenho desloca o foco do direito à educação para uma lógica de produtividade.

Palavras-chave: Política Educacional; Nova Gestão Pública; Gestão Educacional.

Referências

- DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARQUES, Luciana Rosa. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista (IMPRESSO)**, v. 36, p. e69772, 2020.
- PERNAMBUCO. SEDUC. **Programa de Modernização de Gestão Pública: Metas para Educação.** Pernambuco, 2008. <www.Educação.pe.gov.br/upload/.../programa_de_modernizacao.pdf> Acesso em: 11 nov. 2014.
- PERNAMBUCO. **Decreto nº 45.507**, de 28 de dezembro de 2017. Dispõe sobre as metas e os critérios de apuração do Índice e Eficiência Gerencial, e sobre os indicadores e o pagamento do Adicional de Eficiência Gerencial no ano de 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-45507-2017-pernambuco-dispoe-sobre-as-metas-e-os-criterios-de-apuracao-do-indice-de-eficiencia-gerencial-e-sobre-os-indicadores-e-o-pagamento-do-adicional-de-eficiencia-gerencial-no-ano-de-2018>. Acesso em 12 de abril de 2025.
- SILVA, Andreia Ferreira da.; SILVA, Luciana Leandro.; FREIRE, Arlane Markely dos Santos. Políticas de accountability na educação estadual do Ceará, Pernambuco e



Paraíba. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 33, e09562, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18222/ea.v33.9562>.